



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional

Sub-eixo: Formação profissional

Avaliação e Pós-graduação no Brasil e no Serviço Social: Crise e futuro

JANE CRUZ PRATES ¹
MARIA ISABEL BARROS BELLINI ¹
THIANA ORTH ¹
JESSICA DEGRANDI SOARES ¹
KARINE CRISTINA SILVA BERNARDES ¹

Resumo: O presente artigo debate a Pós-graduação no Brasil e a Pós-Graduação em Serviço Social em particular, à luz do contexto adverso de crise econômica, sanitária e política vivenciada no País. Aporta reflexões sobre os entraves que marcam o contexto sócio-histórico brasileiro e o processo de avaliação orientado pela Capes, no tempo presente, bem como dados relativos ao crescimento dos PPGS, inserção de pós-graduandos e desafios para o fortalecimento da Pós-Graduação no Brasil.

Palavras-chave: Pós-graduação, Serviço Social, Avaliação, CAPES

Resumen: Este artículo aborda los Estudios de Posgrado en Brasil y, en particular, los Estudios de Posgrado en Trabajo Social, a la luz del contexto adverso de crisis económica, sanitaria y política que vive el país. Ofrece reflexiones sobre los obstáculos que marcan el contexto sociohistórico brasileño y el proceso de evaluación guiado por la Capes, en la actualidad, así como datos relacionados con el crecimiento del PPGS, la inserción de los estudiantes de posgrado y los desafíos para el fortalecimiento de los Estudios de Posgrado en el Brasil.

Palabras clave: Posgrado, Trabajo Social, Evaluación, CAPES

1. Introdução

1 Professor com formação em Serviço Social. Pontificia Universidade Católica Do Rio Grande Do Sul

A modernidade rompe com os dogmas, as crenças que mantinham o ser social preso “sob ameaças e demônios” e passa a ter o ser humano como centro. Nessa direção utiliza o conhecimento como forma de objetivar o seu mundo, sem a influência mais proeminente dos credos. É um período, portanto, onde o conhecimento se desenvolve de forma acelerada e com a necessidade crescente de apropriação do conhecimento produzido pelo homem, como uma exigência social, surgem a escola e a universidade.

A escola vem corresponder aos anseios da sociedade das pessoas serem “educadas de forma permanente”; nasce vinculada ao sistema capitalista que é por essência expansivo e tem muitas demandas. Por um lado a escola tem papel emancipatório, pautado na produção e universalização do saber, mas por outro, faz a seleção e legitimação do sistema de produção

Da mesma forma como a lógica do capitalismo se pauta em relações sociais contraditórias, a escola e a educação convivem com a contradição entre emancipação e dominação, ou entre processos sociais emancipatórios e subalternizadores., entre mascaramento/desmascaramento da relação existente entre as classes, como afirma Cury (1986) Estamos aqui falando de processos de alienação (mascaramento) e desalienação (desmascaramento)

Mas o que irá condicionar fundamentalmente a finalidade de “mascaramento e desmascaramento” da educação e da escola é o projeto político que ela traz como pano de fundo. E esse projeto político se materializa através das instituições pedagógicas, articuladas ao papel desempenhado pelo Estado, em cada momento histórico, na tentativa de reproduzir a ideologia dominante que serve ao capital, porém atravessadas por estratégias de resistência, ou contra hegemônicas que aparecem nos movimentos estudantis , na resistência de intelectuais e professores, nos produtos de pesquisas críticas mostrando que, longe de ser mecânico, o movimento hegemônico é contraditório e dialético.

A histórica da evolução da universidade no Brasil, em conexão com as necessidades de organização e expansão do capital, mostra como estes projetos políticos se articularam para se consolidar através do controle da produção do conhecimento e da educação, desde a transferência da sede do reino de Portugal para o Brasil, em 1808, quando a classe dominante lusitana cria instituições isoladas de ensino superior no Brasil, de modo a formar profissionais para atenderem às suas necessidades, pois era difícil e caro enviar quadros para formarem-se em Portugal.

O ensino superior, no Brasil, incorpora tanto aspectos da política educacional napoleônica, que fragmentava a universidade em instituições de ensino profissional, voltando-se exclusivamente para este fim, orientada pelo “positivismo difuso da burguesia francesa”; como aspectos da concepção desenvolvida por filósofos do idealismo alemão, que se baseava na realização do ensino superior a partir da universidade. Os liberais, postulavam que programas e métodos não deveriam ser impostos aos professores, mas depender da livre competição de interesses dos alunos; para os autoritários em um rígido esquema hierárquico e disciplinar, no monopólio de matérias por professores e nos princípios econômicos de racionalidade, utilidade e estruturação do múltiplo. (PRATES, 1995)

As reformas e contrarreformas que a educação e, em particular, o ensino superior no Brasil sofreram foram sempre verticalistas, sem a participação efetiva do conjunto dos agentes e atendendo a interesses particularistas e não ao interesse do conjunto da população.

Sem dúvida a educação, e especialmente a universidade, pelo que significa em termos de produção de conhecimentos, espaço de politização, questionamento e crítica não poderia deixar de ser reprimida, controlada, manipulada para que expressasse a ideologia hegemônica. E as consequências marcam a universidade e as ciências, de forma significativa, até os dias de hoje. A influência do positivismo e sua pseudo-neutralidade, ainda coloca em posição caudatária as questões políticas, as relações de poder e as questões éticas e estéticas, restringindo sua análise às áreas humanas, como se toda a ciência não sofresse suas influências e condicionamentos.

Hoje, no Brasil, vivemos uma conjuntura dramática e sem precedentes, e num país como o nosso, de amplitude continental e de profundas desigualdades históricas, as crises econômica, política e sanitária ampliam essas mazelas, precarizam ainda mais o trabalho, o ensino e a vida, desmontam políticas estruturantes e violam direitos, sem qualquer constrangimento. de forma naturalizada, negam ou banalizam o racismo, a misoginia, a xenofobia, a violência estrutural e outros processos de mesma ordem.

Trata-se de um governo fundamentalista, de ultradireita, assumidamente conservador, que se contrapõe a ciência e a liberdade de pensamento, que nega os avanços civilizatórios conquistados a duras penas pelos trabalhadores e os poucos avanços conquistados no reconhecimento da diversidade humana, fazendo com que o desafio de encontrar alternativas de resistência seja imprescindível para nossa sobrevivência civilizatória.

No que concerne a educação superior vivemos um momento ímpar de profundo desgaste e

sobretalho. de instabilidade e ameaças constantes, seja pelo medo de uma pandemia que ainda não foi totalmente superada, embora graças ao SUS e a vacinação da população, apesar desse desgoverno, já dá sinais de arrefecimento. Em relação a área do Serviço Social, em particular, as ameaças ocorrem não só por sermos uma profissão e área de conhecimento que reconhece a luta de classes, cujo projeto ético político se contrapõe frontalmente a lógica neoliberal associada ao fundamentalismo, que caracteriza o atual governo, mas também por compormos as áreas humano-sociais, por ele desvalorizadas, pelas defesas que fazemos de uma ciência pautada no pensamento crítico, no reconhecimento da diversidade humana, da necessidade de políticas públicas universais e de qualidade, entre as quais o trabalho, a saúde e a educação, inegavelmente estruturantes, em qualquer país sério.

E aqui falamos de uma saúde em sentido ampliado que não se limita a ausência de doenças, mas que requer condições dignas de vida, o que pressupõe um trabalho digno e protegido e um ensino público, gratuito e de qualidade, além da necessária ampliação de espaços de participação coletiva, das instâncias democráticas e dos direitos humanos, ou seja, na contramão de tudo o que nos tem sido imposto pelo atual governo bolsonarista.

O financiamento da Educação é exemplo desse desmonte. Em 2019 o orçamento da Educação era de 122,9 bilhões, em 2020 esse valor baixou para 103,1 bilhões, um corte de 16,3% ou seja 19,8 bilhões. Em 2021 os recursos orçados para a Educação sofreram um corte de mais 4,5 bilhões. Estamos falando de uma perda de 24,3 bilhões nos 2 últimos 2 anos, de pandemia. Em 2022, num momento em que os desafios dessa política são imensos, os cortes e incertezas seguiram se aprofundando, com a ausência de rumos e o vergonho desvio de recursos que culminou com a queda de mais um Ministro da Educação. (PRATES, 2021)

Na obra *Glosas críticas*, Marx (2010), argumentando acerca do discurso proferido pelo Rei da Prússia quanto às estratégias para enfrentamento da pobreza no país, questiona: “Miséria e crime são duas grandes calamidades: quem poderá repará-las? O Estado e as autoridades? Não, mas, ao contrário, a união de todos os corações cristãos”.

E complementa o pensador alemão afirmando: O Estado não pode eliminar a contradição entre a função e a boa vontade da administração, de um lado, e os seus meios e possibilidades, de outro, sem eliminar a si mesmo, uma vez que repousa sobre essa contradição. Ele repousa sobre a contradição entre vida privada e pública, sobre a

contradição entre os interesses gerais e os interesses particulares (MARX, 2010, p.60).

O contexto adverso e os desafios à Pós-graduação no Brasil

Na pós-graduação, desde 2018 os cortes orçamentários tem sido sistemáticos. Em 2019, o corte de recursos no MEC afetou 11,8 mil bolsas gerando instabilidade e insegurança para as Unidades de Ensino e os Pós-Graduandos, o corte no custeio para manutenção de Universidades Públicas também tem sido significativo desde 2018, além de manifestações sistemáticas do governo no sentido de desvalorizá-las e ameaçar a sua organização democrática e os direitos dos servidores públicos. Em 2021, o corte de 18% no orçamento das 69 Universidades Federais do Brasil, segundo a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES (2022), afetou mais de 70 mil pesquisas. Conforme a Associação, em 2022, o corte foi da ordem de 220 bilhões. (UOL, 2022) O orçamento do CNPq em 2021 foi de 1,21 bilhão, o menor em 21 anos dando visibilidade a um ataque avassalador a ciência. Ademais, além dos cortes já substanciais, nos últimos 3 anos, verifica-se que o executado nessa área fica em torno de 40% a 50% do orçado para a área, logo a disponibilidade efetiva de valores é ainda menor.

Nesse momento trágico, o conjunto de áreas tentava concluir, em 2021, o ultimo quadriênio de avaliação dos PPGS pela Capes, relativo a 2017-2020, cujo processo, após muitas interdições do Ministério Público, voltou a ser retomado pelos nossos pares em 2022, portanto concluímos o processo de avaliação que foi encerrada em 2020, somente em 2022. É preciso também destacar que os Relatórios Sucupira foram elaborados a partir de orientações confusas e desencontradas, apesar do incansável esforço de nossas representantes de área e das movimentações da ABEPSS para nos auxiliar nesse duro processo.

Os documentos de área da CAPES estabelecem os parâmetros para os processos de avaliação dos PPGS, indicando o volume de produção docente e discente para cada nível de avaliação, estrutura da Universidade e do Programa, coerências entre área de concentração, linhas de pesquisa e produção docente e discente, número de docentes, prazos médios para conclusão de dissertações e teses, número de orientandos mínimo e máximo por professor, número de pesquisas mínimo e máximo por professores, relações

com a comunidade, interface com outros programas, intercâmbios e mobilidade docente e discente, convênios nacionais e internacionais, além de outros quesitos que são anualmente apresentados à CAPES em relatório – Coleta CAPES composto por dados quantitativos e qualitativos. Ao final de cada quadriênio os Programas são reavaliados. (CAPES

Fomos instruídos a cumprir metas, em tempos exíguos, como se nada estivesse acontecendo, como se esse horror pandêmico que afetou profundamente docentes e discentes durante a quadrienal não estivesse impactando nossas vidas. Tanto é verdade que foi incluído um item no relatório relativo aos impactos do processo pandêmico nos PPGS. Mas, a negação da pandemia, de sua gravidade e de seus impactos na sociedade, e em particular na saúde, no trabalho e educação a resistência em relação ao processo de vacinação coletiva, entre outras atrocidades, tem sido uma marca persistente desse governo.

Alguns PPGS perderam alunos e professores para a pandemia do Covid-19, todos e todas nós fomos profundamente afetados por ela e alguns ainda são afetados por suas sequelas físicas e emocionais, o retorno às aulas presenciais e aulas híbridas exige novas adaptações de discentes e docentes. Estamos vivenciando esses processos complexos, incluindo os dados de produções de 2021 na Plataforma, incluindo também dados de 2022, ou seja no segundo ano da próxima quadrienal sem muita certeza quanto ao que será considerado relevante nas próximas avaliações e sem um novo Plano Nacional de Pós-Graduação que deveria nortear esses processos.

A avaliação da Capes para alguns PPGS significa a sua manutenção ou descredenciamento no Sistema de Pós Graduação, para todos os PPGSS significa maior ou menor número de bolsas e recursos de custeio, logo grande parte dos recursos para financiamento da pesquisa e da pós-graduação nesse país depende desse processo avaliativo.

Ademais a Educação superior ainda está ameaçada de sofrer uma mudança estrutural, a partir de uma avaliação paralela realizada por um grupo de notáveis que, embora tenha recuado em suas atividades, pode ser retomado a qualquer tempo pela Capes e esse processo terá impacto profundo na conformação geral da Pós-Graduação do País, ou para ser mais clara, na redução de Programas de Pós-Graduação, seja pela via da extinção ou fusão. A Capes tem afirmado que a Pós-Graduação no Brasil cresceu de forma muito rápida e desordenada, havendo necessidade de reordená-la, a partir da redução de áreas, fusão de Programas, enfim de uma reestruturação. E as perspectivas apontadas eram de uma

redução do número de áreas do conhecimento de 49, que existem hoje, para aproximadamente 11 ou 12 áreas, sem qualquer diálogo com a comunidade acadêmica, o que é simplesmente desolador. Esse espectro continua nos assombrando.

Já amargamos uma drástica redução no financiamento de bolsas, além das incertezas provocadas pela Covid 19, que na educação, para o efetivo retorno de aulas presenciais, exige protocolos peculiares ou a manutenção de aulas na modalidade remota, para muitos PPGS em precárias condições estruturais. O sucateamento da Universidade Pública é anterior a pandemia. Seguramente esse impacto é bem maior nos níveis fundamentais e médios de ensino, com um prejuízo incalculável a nossas crianças e jovens, mas não há um projeto governamental para enfrentar esses imensos desafios, ao contrário o que se verifica é um (des)financiamento, quando os investimentos deveriam ser maiores para dar conta de tudo o que está em jogo e dos desafios que essa política pública exige, especialmente nesse momento. Afinal, durante as crises, a sociedade precisa de mais proteção do estado.

Para Rossi e Dweck (2016, p. 1): “no círculo vicioso da austeridade, cortes do gasto público induzem à redução do crescimento que provoca novas quedas da arrecadação e exige novos cortes de gastos”.

Fica cada vez mais evidenciado que o projeto desse (des)governo é a flexibilização máxima do trabalho, o desmonte de instâncias organizativas e de direitos sociais. A receita utilizada para atrair o capital estrangeiro é o trabalho barato e os sindicatos fracos, apesar do discurso demagógico nacionalista. (PRATES, 2020.)

Na mesma direção buscam transformar as políticas públicas em novos *nichos* de mercado, em especial a educação e a saúde, atravessados pelo gerencialismo, a tecnificação, o aligeiramento da formação, novos processos de privatização, acirramento do sobretrabalho, o que implica em adoecimento e demissão de trabalhadores.

O planejamento para a gestão da Pós-Graduação é de fundamental importância, aliás para qualquer gestão. Portanto, o planejamento, onde se inclui a avaliação e a clareza de direção social são fundamentais a qualquer política pública. Até então, sempre tivemos um Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG), contudo o último inspirou em 2020, e somente em agosto de 2022 foi publicado no portal da Capes a portaria para instituir a comissão que será responsável pela elaboração do PNPG 2021-2030, que já deveria estar pronto. (CAPES, 2022) Outro aspecto que também reflete a ausência de coerência e planejamento nesse governo, foi a retomada, pela Capes, das APCN (Análise de Propostas de Cursos

Novos) para avaliar e autorizar o início de novos cursos, onde se inclui as ofertas de Pós-Graduação na modalidade à distância, durante o período em que a avaliação da quadrienal estava sob juízo, portanto, suspensa e agora, com ela ainda em curso, pois os dados finais ainda não foram divulgados volta-se a pressão para avaliação de APCNS. Como avaliar novos cursos se não temos sequer o resultado dos cursos existentes? Muitas das APCNS dependem dessa avaliação fundamentalmente.

2. Serviço Social, pós-graduação e pesquisa

No caso em particular do Serviço Social, reconhecemos essa área como profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, mas também como área de conhecimento e Curso de formação em nível superior. Na Graduação, a partir de uma formação generalista, buscamos formar profissionais, críticos capacitados a desenvolver seu trabalho nos mais diversos espaços sócio-ocupacionais, tendo como objeto e matéria prima as refrações da questão, ou seja na mediação dos rebatimentos dessa contradição na vida social, em todos os seus âmbitos, provocando desigualdades , mas também - e isso é muito importante ressaltar - no contraponto provocando resistências. A Pós-Graduação estrito sensu, por sua vez, através dos cursos de mestrado e doutorado, visa formar pesquisadores e professores. Logo, o núcleo duro na pós-graduação é a pesquisa e o ensino.

A relevância atribuída a investigação é reconhecida pela ABEPSS como elemento transversal desde a Graduação, portanto o exercício de práticas investigativas e do domínio de conteúdos a ela pertinentes precisam ser apreendidos pelos profissionais em formação já na Graduação, mas é na Pós-Graduação que efetivamente formamos pesquisadores

Além da Investigação ser parte do instrumental de trabalho para desocultar as mudanças ocorridas no mundo do trabalho, no Estado, nas políticas públicas, no contexto social , para a qualificação do próprio trabalho profissional, porque não há como planejar e avaliar sem pesquisa, ela é importante ferramenta que viabiliza a elaboração mais substantiva dos produtos do trabalho planos, projetos, análises, artigos científicos, permitindo a efetivação de sínteses e propostas mais consistentes e coerentes para o trato das refrações da questão social, nosso objeto e matéria prima de trabalho e para a produção os bens simbólicos da profissão, a produção de conhecimentos da área.

Diante da precarização de toda ordem, de relações, espaços organizativos, do próprio ensino, somos cada vez mais desafiados e demandados a fazer avaliações críticas e atualizadas para o desvendamento dos contextos com os quais trabalhamos e nos quais nos inserimos, transitando entre o universal e o particular de modo interconectado, ou seja realizando análises e proposições que contemplem particularidades, mas de modo contextualizado a realidade mais ampla que as condiciona, atravessados pelo antagonismo de classes, pelas questões de gênero e étnico-raciais, pela violência estrutural e as relações com o estado , pelas políticas públicas, os direitos humanos e os movimentos e processos sociais.

A pesquisa no âmbito da pós-graduação tem a pretensão de contribuir para o adensamento dessas reflexões, além de formar recursos humanos de alto nível.

A legitimidade que conquistamos, seja como profissão ou como área de conhecimento, é dada por um acúmulo de competências que assumem visibilidade para a sociedade, o que altera historicamente o estatuto científico dessa profissão e área de conhecimento.

Nós sabemos que na constituição do Serviço Social o movimento de Reconceituação foi de fundamental importância para que se iniciasse um processo de intenção de ruptura com o conservadorismo e ressignificação do trabalho profissional, mas esse processo foi acompanhado e condicionado pelo desenvolvimento da pós-graduação no Brasil e ressaltasse, da pesquisa e da produção dela decorrentes, bem como da formação de uma massa crítica que iria alçar a profissão a outros patamares. Mas é somente em 2005 que o Serviço Social finalmente se constitui como área específica de Pós-Graduação na CAPES. (Yazbek e Silva, 2005), portanto, há apenas 17 anos, pouquíssimo tempo se comparado a outras áreas do conhecimento.

3. Os dados sobre a Pós-graduação no Brasil e no Serviço Social

O Brasil, segundo dados da Capes, tem 122.295 estudantes de pós-graduação, dos quais 76.323 são de mestrado acadêmico, 4.008 de mestrado profissional e 41.964 de doutorado. Dos 122.295 estudantes matriculados em 1.925 programas de pós-graduação reconhecidos pelo MEC, 44.112 são bolsistas. Destes, 23.801, ou 54%, são financiados pela

Capes; 13.166 pelo CNPq; 4.249 pelas fundações de amparo à pesquisa (FAPs) e 2.896 por outras instituições.

As vagas ofertadas pelos Programas de Pós-Graduação brasileiros, são 80 % em instituições públicas, das quais 58% em Universidades Federais e 22.5% em Universidades Estaduais e municipais. Ressalte-se que, em 2019, apenas 0,8% da população brasileira entre 24 e 64 anos havia concluído o mestrado, a média da Organização para Cooperação dos Países em Desenvolvimento, OCDE, composta por 38 países, é de 13%, ou seja 16 vezes maior do que a brasileira. (OCDE, composta por 38 países membros, 2019)

Conforme Schwartzman (2022) Os dados do site do CNPq mostram que, entre 1993 e 2016, o número de grupos de pesquisa passou de 4 para 38 mil, o número de instituições participantes evoluiu de 99 para 531, e o número de pesquisadores, de 21 para 199 mil, dos quais 130 mil com títulos de doutorado.⁷ Parte desse aumento se deve ao progressivo registro de grupos de pesquisa já existentes, mas reflete também uma expansão real do sistema de pesquisa no país.

O mesmo estudo problematiza a inserção dos pós-graduados no mercado de trabalho, e o autor ressalta:

Na medida em que a qualificação aumenta, aumenta também o número de pessoas ocupadas em atividades de educação, saúde e serviços sociais, chegando a 76% entre os titulados com doutorado. As atividades de serviço na área de informações, comunicações e serviços financeiros, absorvem cerca de 21% dos formados de nível superior até o nível de mestrado, mas incluem poucos doutores, que também praticamente não atuam nas áreas da indústria e agricultura. (Idem 2022, p 18)

Outro aspecto destacado pelo autor em seus estudos afirma que o aumento da qualificação, aumenta a proporção dos que trabalham no setor público, chegando a 42% para os portadores de títulos de especialização e mestrado, e 53% para os doutores. Por fim destaca que a Educação, saúde humana e serviços sociais concentra 8,4% de trabalhadores com nível médio, 23% com nível superior; 43,3% com especialização, 44,2 com mestrado e 75,8 com doutorado. (Idem 2022)

Na área do Serviço Social é na década de 1970, ou seja, 17 anos após a regulamentação da profissão, que são implementados no Brasil, os três primeiros Cursos de Pós-Graduação em Serviço Social, ainda apenas no nível de Mestrado: na PUCSP e na PUCRio em 1972, os pioneiros no continente latino-americano; e, na UFRJ em 1976, o primeiro mestrado público da área, no Brasil.

Já o primeiro Doutorado em Serviço Social na AL foi instituído na PUC-SP, em 1980, e titulou, entre 1981 e 1989, oito doutores. Na década seguinte (1990-2000), expandem-se os Programas de Pós-Graduação no Brasil, particularmente nas universidades federais. Nos anos 1960, havia em todo o Brasil apenas 38 Programas de Pós-Graduação no conjunto das áreas e nenhum deles na área de Serviço Social. Atualmente, segundo dados da avaliação quadrienal de 2017 nossa área corresponde a 0,8% dos Programas existentes no Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG)

O documento da área 32 – Serviço Social, da Capes (2019) destaca a expansão recente dos Cursos de Doutorado, com crescimento de 80%, um indicativo da consolidação dos Programas criados entre o final dos anos 1990 e início dos anos 2000, quando houve a criação de 28 novos Programas, período de maior crescimento. Vejam bem, 77% dos nossos PPGS foram criados nos anos 1990.

Na última quadrienal em termos de avaliação a área dispunha de 9 PPGS nos extratos 5,6 e 7 e 25 PPGS nos extratos 3 e 4, com a criação de mais 2 novos cursos, são 27 nos extratos 3 e 4, ou seja 75% da totalidade dos PPGS da área nos menores extratos. Portanto, potencializar esses PPGS precisa ser uma prioridade na gestão coletiva da Pós-Graduação nessa área.

Prevalece, na formação pós-graduada em Serviço Social, a liderança das universidades públicas (78,8%), ou seja a grande maioria, seguida das universidades privadas que representam 17% desse total, portanto, numa tendência inversa a da graduação. Das instituições públicas, 18 são universidades federais (76%) e 08 universidades estaduais (24,2%).

Em relação à área básica, em 2016, tínhamos 23 Programas em Serviço Social

(67,6%); 06 em Política Social (17,6%); 03 em Políticas Públicas (8,8%) e 02 em Economia Doméstica (5,9%). Em 2018, após a apreciação das últimas APCNS (Avaliação de Propostas de Cursos Novos), 03 novos Programas se constituíram em relação à área básica: 02 em Serviço Social e 01 em Política Social. Foram aprovados Programas de Mestrado em Serviço Social na Universidade Federal de Tocantins (UFT), na Universidade Federal da Bahia (UFBA) e na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) que não dispunham de PPGS na área e também a aprovação, nesse mesmo ano, do curso de Doutorado em Serviço Social na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Hoje temos 20 Cursos de Doutorado e 36 Cursos de Mestrado, todos acadêmicos.

4. A guisa de uma breve conclusão

Os desafios apontados pelo documento de área dialogam diretamente com as orientações da ABEPSS, entre os quais se destaca a necessidade de ampliar a visibilidade dos grupos e das redes de pesquisa existentes, aprofundar indicadores e dimensões da realidade contemporânea sob o ponto de vista quanti-qualitativo, que expliquem os objetos de pesquisa e as demandas da realidade a serem respondidas em nível de Graduação e Pós-Graduação.

Na mesma direção, ressalta a necessidade de maior incentivo ao crescimento qualificado dos Programas da área, na modalidade acadêmica, em especial dos Cursos de Doutorado, com ênfase em temáticas que considerem as particularidades regionais e as expressões da questão social mais recorrentes nestas regiões, - enfrentar, de forma coletiva, as assimetrias regionais presentes no Sistema Nacional de Pós-Graduação,

Outro aspecto também relevante é a busca por incentivar a indexação em bases internacionais dos periódicos da área qualificados nos maiores estratos., - criar parâmetros diferenciados de visibilidade e inserção nacional e internacional dos PPG em relação às diferenças regionais, às diferenças de conceitos e às potencialidades de internacionalização e eu acrescentaria e debater o tipo de internacionalização que queremos

Da mesma forma a atenção no sentido de fortalecer os programas com nota 3 e 4 que têm pouco financiamento e ampliar possibilidades de relações solidárias entre programas 5, 6 e 7 com aqueles de menor nota, é também ressaltada no documento e tem sido preocupação da ABEPSS.

Acrescentamos ainda como importante desafio ampliar o compromisso da pós-graduação em relação a realização de pesquisas que atendam necessidades da Graduação, adensar o debate sobre as diferenças fundamentais entre produção e produtividade, já pontuadas no documento orientação da ABEPSS para a pós-graduação, cuja atualização vem sendo realizada por uma comissão de professores indicados pela ABEPSS, adensar o debate sobre as diferenças entre programas de pós-graduação em políticas sociais e em serviço social e aproximações dadas pela área e enfrentar o debate do avassalador processo de desmonte do trabalho protegido e dos serviços públicos onde se inclui a universidade, identificando estratégias de resistência.

Mas para além desses desafios extremamente importantes, nosso primeiro e inadiável desafio, nesse momento tão dramático é, sem dúvida, a luta pela vida, a luta pela democracia. E na mesma direção em defesa da preservação de nossa humanidade, precisamos ser mais tolerantes com nossos pares, mais acolhedores e parceiros, os alunos precisam ser acolhidos, em todos os espaços de formação, que precisam ser, além de espaços de troca de saberes, espaços de vinculação, apoio, reconhecimento. Esse processo avassalador de vida *just in time*, afeta profundamente nossos alunos física e mentalmente. Mas os professores também precisam ser acolhidos, nós, como os alunos, estamos premidos pelas dores das perdas e adoecimentos de colegas, amigos, estamos premidos pelo sobretrabalho e pelo próprio adoecimento as vezes silencioso, nossas condições emocionais são também abaladas pelo contexto, a solidariedade entre alunos e professores é sem dúvida uma importante estratégia de resistência, somos ambos trabalhadores e trabalhadoras.

Precisamos do mesmo modo da unidade entre os PPGS, a solidariedade entre os Programas é fundamental para o nosso fortalecimento. Do mesmo modo precisamos fortalecer nossas instâncias organizativas, o conjunto CFESS/CRESS, ENESSO a ABEPSS,

o fórum de coordenadores de Pós-Graduação da ABEPSS, espaço que tem sido fundamental para nós coordenadores de Programas, o movimento estudantil, as representações discentes e nossas representações de área na Capes e no CNPq, eleitas por nós e que necessitam da reiteração de nossa legitimação sistemática.

Referências

ANDIFES. Professores e dirigentes de universidades criticam cortes no orçamento da educação. Disponível em <https://www.andifes.org.br/> Acesso em agosto de 2022

CAPES, Plano Nacional de Pós-Graduação. Disponível em <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/plano-nacional-de-pos-graduacao-pnpg/plano-nacional-de-pos-graduacao-pnpg-2021-> Acesso em agosto de 2022

CAPES, documento da área 32: Serviço Social. Brasília, 2019. Disponível em [Requisitos para apresentação de propostas de cursos novos \(APCN\) \(www.gov.br\)](https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/plano-nacional-de-pos-graduacao-pnpg/plano-nacional-de-pos-graduacao-pnpg-2021-) Acesso em maio de 2021

CAPES. Dados abertos. Disponível em [Dados Abertos \(capes.gov.br\)](https://dadosabertos.capes.gov.br/) Acesso em novembro de 2021

CURY, Carlos R. Jamil. Educação e contradição. São Paulo: Cortez, 1986.

GOMES, Anderson. Capes caminha para o desmonte do Sistema de Pós-Graduação no Brasil. Academia Brasileira de ciências, Rio de Janeiro, 2021. disponível em <https://www.abc.org.br/2021/11/26/capes-caminha-desmonte-sistema-avaliacao-pos-graduacoes-brasil/> , acesso em março de 2022.

MARX, K. Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social de um prussiano”. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PRATES, J. C. Desafios à formação e ao trabalho profissional num contexto de crise. Textos & Contextos (Porto Alegre), Porto Alegre: EdIPUCRS, v. 14, n.1, 2015. DOI: <https://doi.org/10.15448/1677-9509.2015.1.21388>.

PRATES, Jane Cruz. Gestão estratégica de instituições sociais: o método marxiano como mediação do projeto político. Dissertação de Mestrado em Serviço Social, Porto Alegre PUCRS, 1995.

PRATES, Jane Cruz. Crise do capital, pandemia e (des) proteção social. *In*: ANDRADE, R. F.; PINHEIRO, H. A.; VALLINA, K. A. (org.). *Campo minado: as investidas do capital contra a Seguridade Social Brasileira*. São Paulo: Alexa Cultural; Manaus: EDUA, 2020. Prefácio.

ROSSI, Pedro; DWECK, Esther. Impactos no novo regime fiscal na saúde e educação. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro: Fiocruz, n. 32, 2016.

SCHWARTZMAN, Simon. Pesquisa e Pós-Graduação no Brasil: duas faces da mesma moeda? Scielo Brasil, 2022. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ea/a/mM4ZbvgxfKYSjWv6bwL7fMg/> Acesso em julho de 2022

UOL. MEC corta verba de Uiversidades Federais e destina a outros órgãos. São paylo, 2022 disponível em <https://educacao.uol.com.br/noticias/2022/06/09/mec-corta-verba-institutos-universidades-federais.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em junho de 2022.